



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2009

Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM

Fortaleza, março de 2010



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

GOVERNADOR
Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR
Francisco José Pinheiro

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Desirée Custódio Mota Gondim

CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE
Maria Tereza Bezerra Farias Sales

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO
Fátima Coelho Benevides Falcão

ELABORAÇÃO

COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL
Maria Dias Cavalcante
Maria Goretti Gurgel Mota Castro
José Wilton Soares e Silva

EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG
Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Maria Neuman Ribeiro Moreira
Sandra Maria Braga – Colaboração Técnica

SUMÁRIO

I. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RESULTADOS SETORIAIS

1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

1.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

1.2.3. Influência Produto-Resultado

2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

2.2. Relação Produto-Resultado

2.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

2.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

2.2.3. Influência Produto-Resultado

3. RESULTADO SETORIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

3.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

3.2.3. Influência Produto-Resultado

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

III. LIÇÕES APRENDIDAS

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS
Janeiro a Dezembro de 2009
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM

I. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	Var. (%) 2009/2006
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente -CONPAM					
1. Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais					
Taxa média anual de crescimento de atividades licenciadas (%) (1)	40,0	8,8	45,2	-16,5	31,85
Índice de balneabilidade das praias (%)	57,4	58,4	67,8	63,4	10,45
Índice de poluição veicular (fora dos padrões) (%)	7,4	5,7	6,8	4,5	-39,19
Índice de qualidade da água bruta (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA) (%)	65,6	70,8	77,9	89,8	36,89
Número de atendimento à denúncias de degradação ambiental	926	1.651	1.873	1.086	17,28
Nº de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos (2)	9	7	152	174	1833,33
Nº de áreas com potencial de risco de contaminação por produtos químicos perigosos	17	105	198	245	1.341,2
Nº de focos de calor e queimadas	5.492	2.614	8.810	4.371	-20,41
Percentual de Áreas protegidas em UC's	22,02	22,04	22,05	22,05	0,14
Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais	0,10	0,10	0,10	0,10	0,0
Nº de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal legalizada	10.942	15.402	22.662	19.256	75,98
Área reflorestada (ha)	500,00	603,73	604,94	619,20	23,84
2. Fortalecimento da Gestão Ambiental					
Nº de municípios com gestão ambiental implantada	5	5	6	6	20
3. Participação cidadã com princípios de sustentabilidade					
Nº de pessoas capacitadas em educação ambiental	1.284	888	1.301	2.310	79,91%

(1) Cálculo elaborado com base nos valores absolutos de atividades licenciadas, tanto para as taxas anuais como para a variação do período.

(2) Sistema de gestão implantado não implica somente na construção de aterro sanitário implantado, mas de todo processo que vai desde a elaboração dos planos de gerenciamento integrado.

1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

1.1. Análise dos Indicadores de Resultado 1

1.1.1. Taxa de Crescimento de Atividades Licenciadas (%)

No período de 2006 a 2009, observa-se uma evolução no número de licenças emitidas, com um crescimento de 31,85%, considerando os anos extremos da série. Na análise da evolução da tendência, evidencia-se um incremento nos anos de 2007 a 2008 e um decréscimo entre 2008 a 2009.



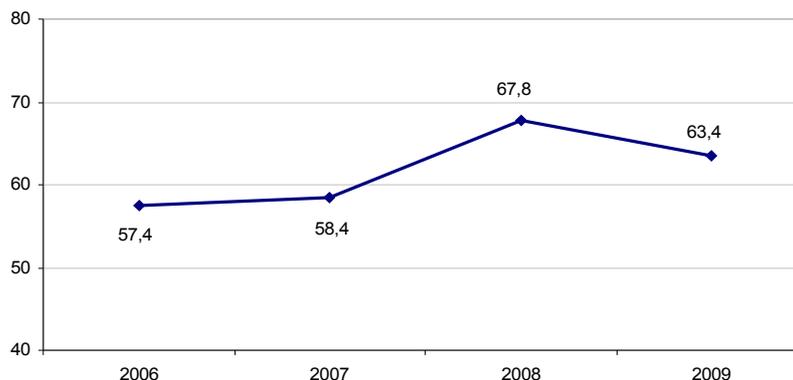
1.1.2. Índice de Balneabilidade das Praias (%)

No ano de 2009, foram monitorados 31 pontos de praias da capital cearense e 34 pontos nas praias dos demais municípios litorâneos do Estado, perfazendo um total de 2.020 amostras de águas de praias coletadas e analisadas.

Considerando a evolução dos resultados do índice de balneabilidade das praias do Estado durante o ano de 2009, em relação ao ano base de 2006, observa-se um crescimento de 10,6% de praias próprias para banho, sendo que a média de 2009 foi de 95,94% de praias próprias no interior do Estado e 53,50% na Capital.

Saliente-se que no período chuvoso a qualidade das praias sofre oscilações bastante negativas em alguns pontos, resultantes do carreamento de resíduos sólidos e esgotos sem tratamento, contribuindo de forma preponderante para o comprometimento da qualidade das praias de Fortaleza.

Índice de balneabilidade das praias (%)

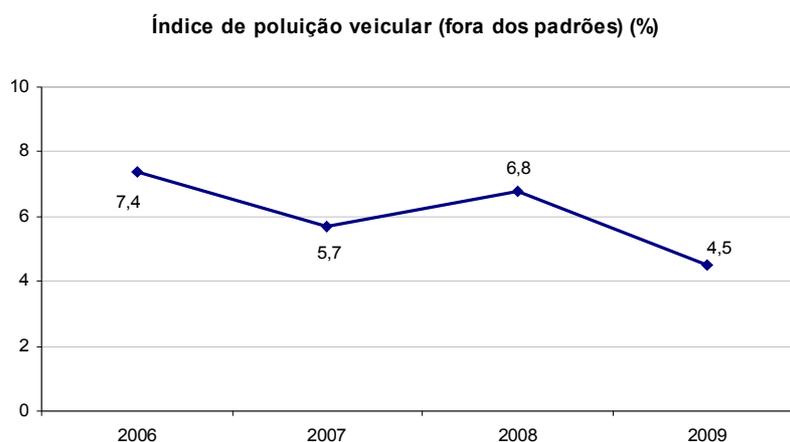


1.1.3. Índice de Poluição Veicular (Fora dos Padrões) (%)

O indicador setorial Índice de Poluição Veicular é mensurado pelo Programa Fumaça Negra, visando o controle da emissão de fumaça negra pelos veículos automotores do ciclo diesel que circulam no Estado do Ceará, por meio de *blitzes* semanais nos principais corredores de tráfego.

Atualmente, o programa abrange todo o Estado e, além da frota metropolitana, são fiscalizados os transportes alternativos (TOPIC's), caminhões, ônibus intermunicipais e veículos particulares, com *blitze* organizadas, em parceria com a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC, Companhia de Policiamento Rodoviário do Estado do Ceará – CPRV, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Em 2009, houve um acréscimo nas atividades exercidas pela equipe do Programa Fumaça Negra, conforme mostra o gráfico a seguir. Observa-se que no período de 2006 a 2009 ocorreu decréscimo no número de veículos que apresentou índices de fumaça em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação vigente, evidenciando o êxito do programa desenvolvido pela SEMACE.

Em 2009, foram realizadas 110 Blitzes, totalizando 4.792 veículos inspecionados, superando em 6,49% a meta para 2009 (4.500). Em relação ao índice de poluição veicular aferido em 2009, os dados mostram significativa queda de 39,19% no período de 2006-2009, considerando os anos extremos da série.



1.1.4. Índice de Qualidade da Água Bruta (Dentro dos Limites Estabelecidos pela CONAMA N° 357/05)

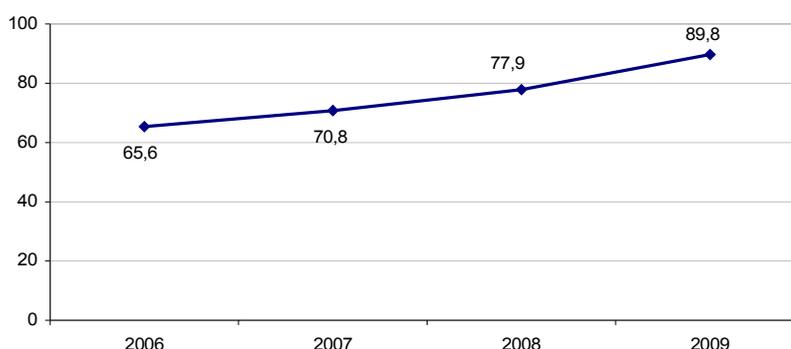
O programa de monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes foi implementado a partir do ano de 2009, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz dos rios. Estão sendo monitoradas as seguintes bacias hidrográficas: Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Curu, Parnaíba, Metropolitana e Litoral.

A primeira etapa do programa teve início em agosto de 2009, quando foram realizadas 63 coletas, contemplando 1.062 análises químicas e microbiológicas em 5 Bacias (Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe e Metropolitana), em 40 municípios e 28 corpos hídricos, apresentando 922 análises em conformidade com a Resolução CONAMA n°357/05 , ou seja, 86,82%.

Em outubro de 2009, foram realizadas 102 coletas contemplando as 11 Bacias hidrográficas do Estado do Ceará (Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Metropolitana, Bacia do Banabuiú, Litoral, Acaraú, Parnaíba, Coreaú e Curu), em 73 municípios e 35 corpos hídricos.

Das 102 coletas realizadas na segunda etapa do programa, foram feitas 1.733 análises químicas e microbiológicas, as quais resultaram em 1.557 análises em conformidade com a Resolução CONAMA 357/05, ou seja, 89,84% do total de parâmetros monitorados dentro dos padrões.

Índice de qualidade da água bruta (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA) (%)

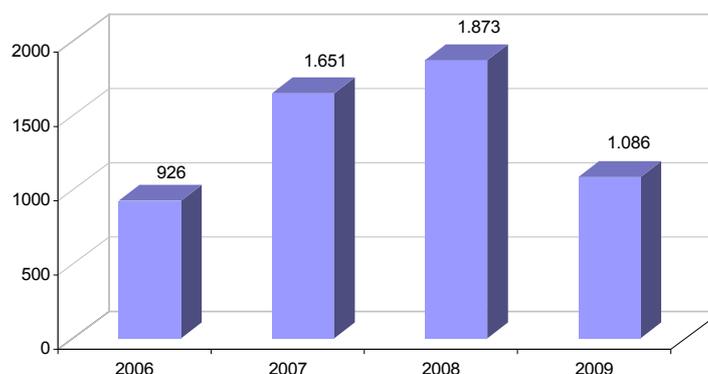


1.1.5. Nº de Atendimento a Denúncias Contra Degradação Ambiental

Em se tratando de demanda espontânea, o número de denúncias protocoladas na SEMACE no ano de 2009 foi de 1.086, com 100% de atendimento. Das 1.086 denúncias atendidas, 47 foram sonoras, 60 hídricas, 219 atmosféricas, 02 de solo, 720 de degradação ambiental e 38 classificadas como diversas.

A análise da evolução do indicador no período de 2006 a 2009 aponta um crescimento de 17,28%.

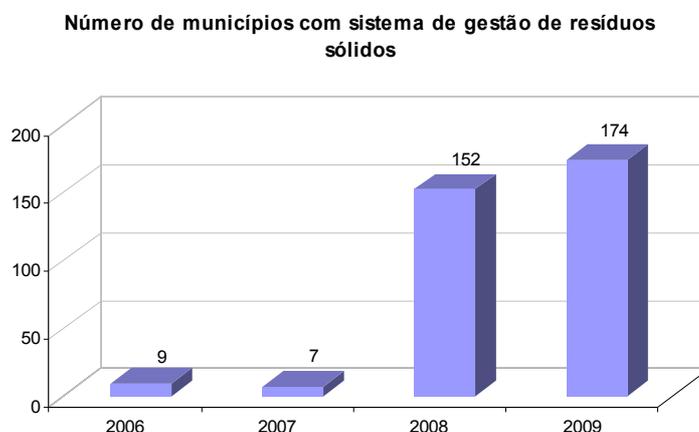
Número de atendimento à denúncias de degradação ambiental



1.1.6. Nº de Municípios com Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos

Visa implementar a Política Estadual de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. É importante ressaltar que no ano de 2007 somente um município do Ceará possuía Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Com o incremento das capacitações e a implantação do indicador ambiental para repartição do ICMS no ano de 2009, 174 dos 184 municípios do Ceará já possuem os referidos planos. A repartição do percentual de 2% do ICMS em função do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente de cada município, calculada por meio de indicadores de gestão ambiental definidos na Lei Nº.14.023 de 17 de dezembro de 2007, ampliou a necessidade de capacitação na área de resíduos sólidos. No sentido de dar efetividade à

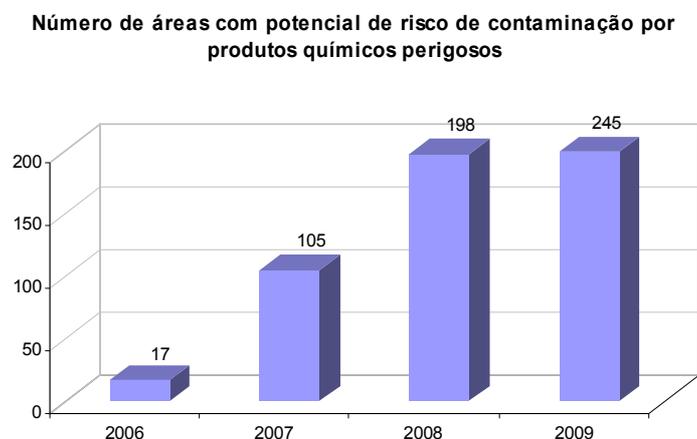
mesma, o CONPAM envidou esforços para preparar os municípios quanto ao cumprimento desta, com a realização de três cursos em Gestão de Resíduos Sólidos para os 184 municípios do Estado, superando a meta prevista em torno de 90%, com 368 técnicos capacitados.



1.1.7. N° de Áreas com Potencial de Risco de Contaminação por Produtos Químicos Perigosos –

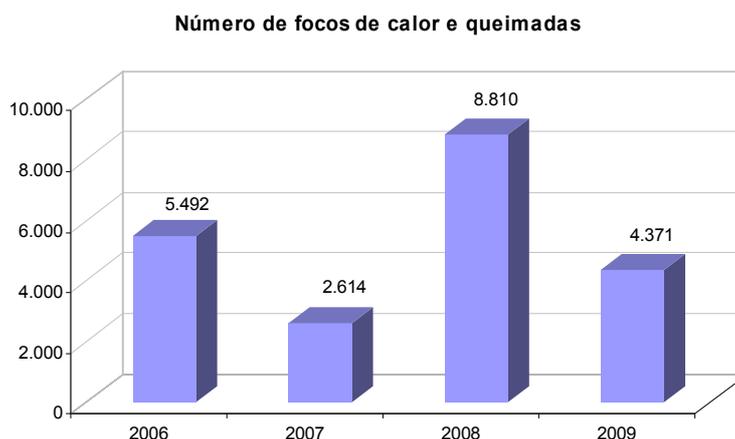
A identificação das áreas com potencial de risco de contaminação por produtos químicos perigosos é um instrumento de planejamento ambiental, além de proporcionar uma política preventiva, evitando a contaminação do solo e lençol freático por produtos químicos perigosos.

Com vistas à prevenção e proteção ambiental foram cadastradas e mapeadas, até 2009, 245 áreas previamente identificadas como de risco de acidentes com produtos químicos perigosos no Ceará, com significativo aumento de 1.341,2% quando comparado ao número de áreas identificadas em 2006.



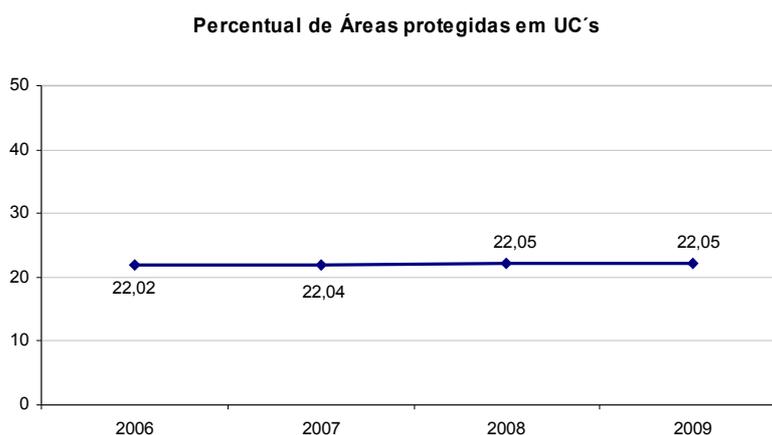
1.1.8. Nº de Focos de Calor e Queimadas

A detecção de focos de calor no Ceará por satélites meteorológicos NOAA tem mostrado uma redução no número de focos no período de 2004 a 2007. Em 2008 verificou-se uma elevação nesse número, com nova redução no ano de 2009, retomando a tendência de observada no período de 2004 a 2007.



1.1.9. Percentual de Áreas Protegidas em Unidades de Conservação – UC'S (%)

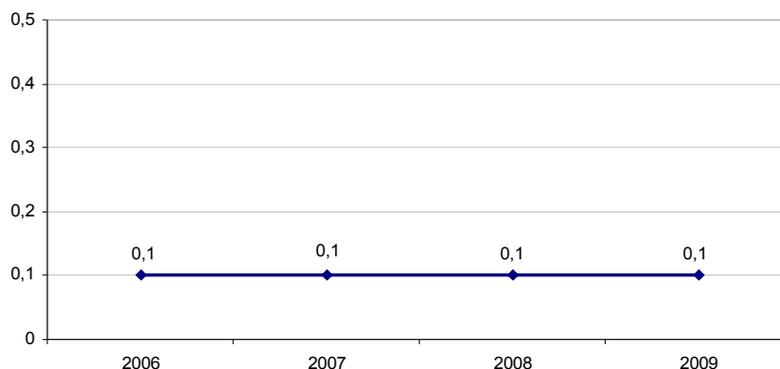
A gestão das Unidades de Proteção é uma das formas de garantir a preservação da dinâmica dos ecossistemas. Destaque-se a Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação que visa assegurar o uso racional dos recursos naturais, a proteção e preservação da diversidade biológica e o disciplinamento do processo de ocupação, assegurando assim a o uso sustentável dos recursos naturais.



1.1.10. Percentual de Áreas Protegidas em Reservas Legais (%)

Indicador sem análise.

Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais

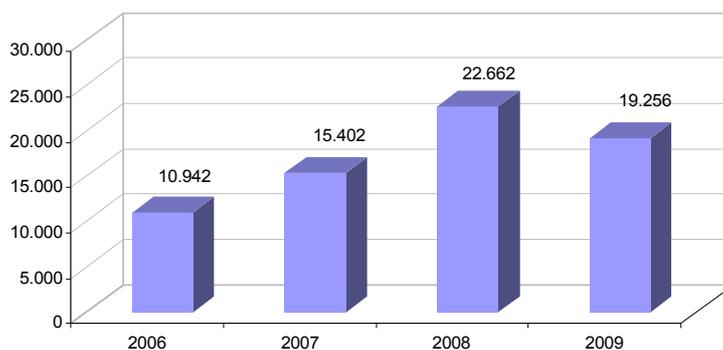


1.1.11. Nº de Autorizações de Consumo de Matéria Prima de Origem Florestal Legalizada - DOFCE

De 2006 a 2008 a meta (3.000 autorizações/ano) foi superada, com 10.942, 15.402 e 22.662, respectivamente. Observa-se, também, evolução no número de Documento de Origem Florestal – DOFCE emitido por ano.

Em 2009, foram emitidos 19.257 DOFCE, alcançando 72,67% da meta. Essa redução de 15,03% no número de DOFCE emitidos, em relação a 2008, deve-se à mudança no sistema utilizado, não tendo acarretado prejuízo ambiental, principalmente quando analisado o período de 2006 a 2009, conforme gráfico a seguir.

Número de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal legalizada

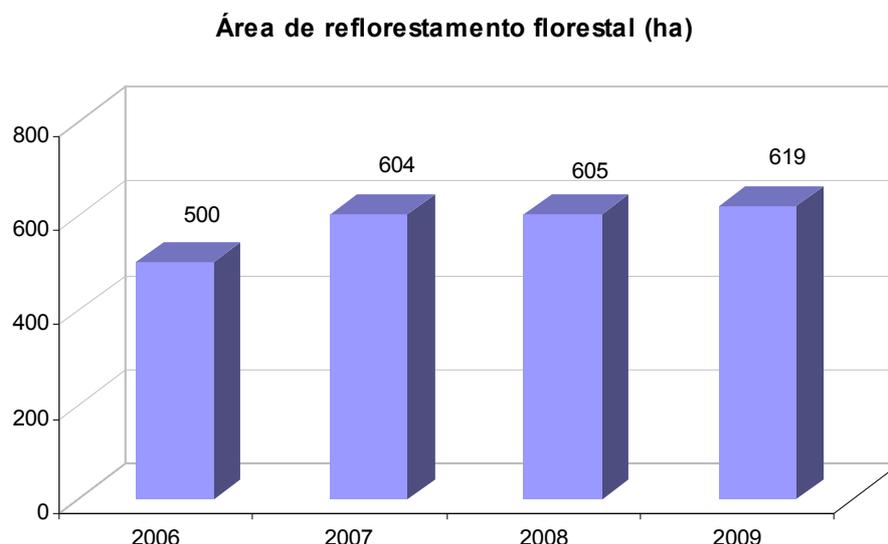


1.1.12. Área Reflorestada (ha)

Este indicador é uma estimativa de área reflorestada considerando a área do Estado em que foi efetuado reflorestamento. Para o cálculo do indicador é considerado o número de mudas utilizadas e os espaçamentos entre plantas e entre linhas. Os valores apresentados podem não refletir a real área reflorestada uma vez que não se tem a garantia de que todas as mudas plantadas vingaram. A partir do ano de 2010 serão implantados os projetos de

reflorestamento/plantio, mediante o efetivo cumprimento da reposição florestal com base na Instrução Normativa nº 6/2006, o que retratará de forma mais fidedigna a área reflorestada.

Este indicador poderá evoluir para o de **Área de Cobertura Vegetal** com o monitoramento por satélite, a exemplo do que já vem sendo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA.



1.2. Relação Produto-Resultado

1.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

Para contribuir com resultado setorial **Melhoria da Qualidade Ambiental**, foram estruturados programas e produtos relacionados aos indicadores de resultados que constitui o conjunto de bens e serviços ofertados nessa área e configura o trabalho de implementar uma gestão ambiental que garanta a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, com organização do território e inclusão social, sob a responsabilidade do CONPAM e Instituição Vinculada, por meio dos seguintes programas finalísticos: **Controle Ambiental(226)** tem como objetivo implantar ações que assegurem a proteção dos recursos naturais, com atividades de fiscalização, controle, licenciamento e monitoramento. Com recursos previstos da ordem de R\$ 17.857.500,00 em 2009, atingiu um nível de realização de 20,0% até dezembro, percentual considerado aquém do desejado para o período analisado; **Proteção dos Recursos Ambientais (046)** que visa proteger os recursos ambientais por meio da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável no Estado do Ceará. Com recursos previstos da ordem de R\$ 2.956.259,00, atingiu execução financeira de 42,0%, percentual aquém do esperado; **Programa da Biodiversidade (475)** tem como finalidade implantar um sistema estadual de unidades de conservação, visando assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos ambientais de forma integrada. Os recursos orçados foram de R\$ 28.839.642,25, com realização financeira de 21,0%, valor considerado bastante aquém do esperado; **Programa Estadual de Floresta(474)** que se destina a promover o ordenamento econômico

sustentável da atividade florestal. Os recursos previstos para 2009 totalizam R\$ 4.067.000,00, com realização financeira de 32,5%, percentual aquém do desejado, considerando o parâmetro de 80,00% utilizado para avaliar o desempenho satisfatório da execução financeira. O conjunto de programas que suporta o resultado Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais apresentou desempenho insatisfatório, com influência no alcance das metas.

1.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Controle Ambiental (226) - Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de gestão integrada dos ativos ambientais, licenciamento e fiscalização ambiental, defesa ambiental (disque natureza), gestão do sistema de controle e monitoramento da qualidade do ar, que apresentaram o seguinte desempenho em relação à meta planejada e executada: **Produtos com Metas Cumpridas:** Praia monitorada (Meta: 65; Realizado: 65), o produto atingiu 100% da meta prevista e refere-se ao monitoramento da qualidade da água via coletas realizadas nos 65 pontos (Capital 31, Interior 34); Veículo inspecionado (Meta: 4.500; Realizado: 4.792) A meta do ano de 2009 foi superada em 6,49%, com a realização de 110 blitz, nas quais foram inspecionados 4.792 veículos. O resultado demonstrou uma queda no número de veículos fora dos padrões de emissão, indicando a eficácia do Programa Fumaça Negra realizado pela SEMACE; Recurso hídrico monitorado (Meta: 50; Realizado: 42), com 84,0% da meta cumprida, esse produto se refere ao monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz, com a realização do trabalho em 42 nos seguintes pontos: Em outubro foram realizadas 102 coletas contemplando as 11 Bacias hidrográficas do Estado do Ceará (Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Metropolitana, Bacia do Banabuiú, Litoral, Acaraú, Parnaíba, Coreaú e Curu), em 73 municípios e 35 corpos hídricos. Das 102 coletas realizadas na segunda etapa do programa, foram feitas 1.733 análises químicas e microbiológicas, as quais resultaram em 1.557 análises em conformidade com a Resolução CONAMA 357/05, ou seja, 89,84% do total de parâmetros monitorados dentro dos padrões; **Produtos com Metas não Cumpridas:** Licença concedida (Meta: 4.900; Realizado: 3.299), o produto atingiu 67,33% da meta prevista, posicionando-se abaixo do esperado, considerando o parâmetro de 80,0% que é utilizado para avaliar positivamente o desempenho da meta. A posição obtida deveu-se ao número insuficiente de técnicos para atendimento da demanda, o que certamente será corrigido no ano de 2010 com a contratação dos profissionais aprovados no concurso realizado pelo SEMACE; Denúncia atendida (Meta: 2.000; Realizado: 1086), o produto atingiu 54,3% da meta prevista. Em se tratando de demanda espontânea, o número de denúncias protocolada na SEMACE no ano de 2009 foi de 1.086, com 100% de atendimento. Das 1.086 denúncias, foram atendidas 47 sonoras, 60 hídricas, 219 atmosféricas, 2 de solo, 720 de degradação ambiental e 38 diversas. Do ponto de vista da execução global dos produtos, as metas em relação ao GPR contribuíram positivamente para o resultado.

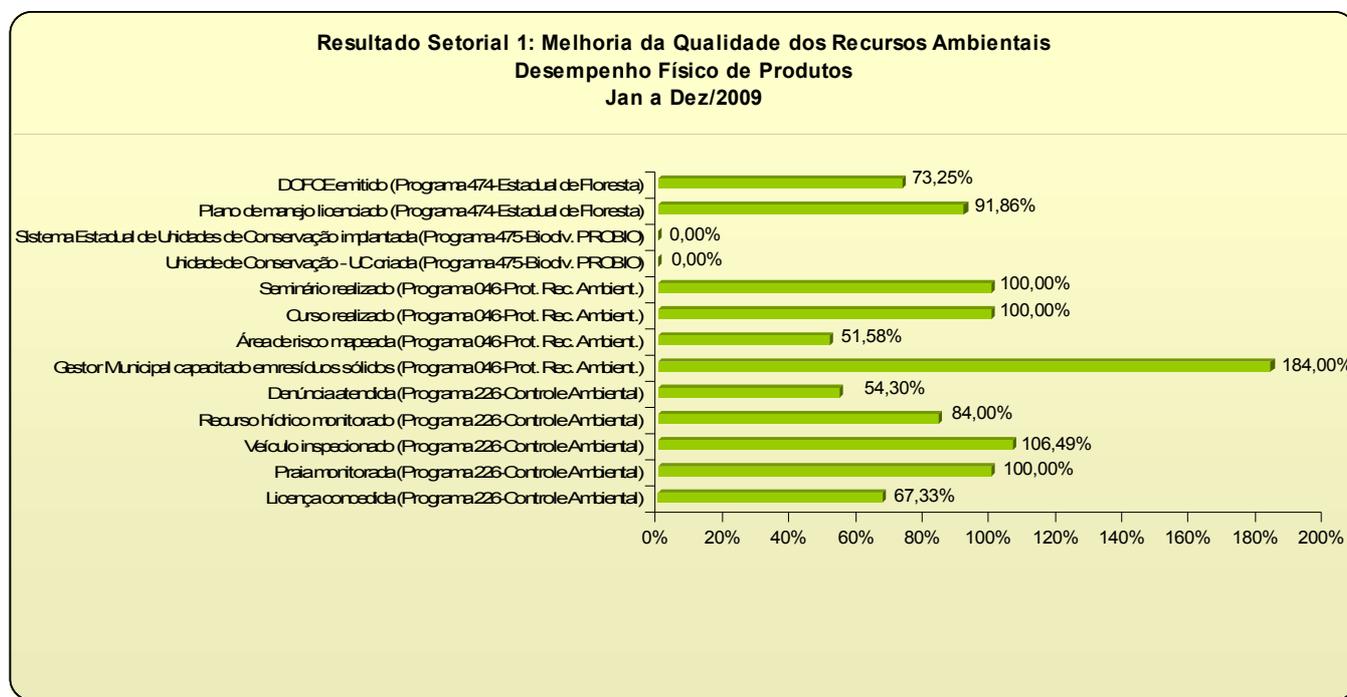
Proteção dos Recursos Ambientais (046) Os produtos implementados pelo Programa estão relacionados às ações de identificação de áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos, prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate aos incêndios, gestão da política de controle de agrotóxico e gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e industriais, que apresentaram o seguinte desempenho em relação à metas planejada e executadas: **Produtos com Metas Cumpridas:** Gestor Municipal capacitado em resíduos sólidos (Meta: 200; Realizado: 368) o produto superou a meta

em 84,0%, fator que aponta a melhoria da gestão de resíduos sólidos no Estado do Ceará, mostrado pelo crescimento significativo no número de municípios com seus planos de gestão elaborados e implantados, com adesão de 174, principalmente se comparado ao ano de 2007 em que somente 1 município apresentou o plano de gestão. A implantação do ICMS ecológico também foi um fator decisivo para impulsionar essas atividades; Curso realizado (Meta: 200; Realizado: 368); Meta atingiu o percentual de 184,0%. O conteúdo apresentado e trabalhado nos cursos aponta como resultado a formação de 11(onze) brigadas que atenderão aos municípios do Estado do Ceará em casos de combate a incêndios florestais. Ressalte-se como outra ação importante foi a formação em gestão florestal de 163 técnicos da EMATER, Prefeituras e Sindicatos Rurais, atividade realizada em parceria com outras instituições, contribuindo para o alcance da meta; Seminário realizado (Meta: 5; Realizado:5), meta 100,0 % cumprida. Os seminários foram realizados de forma regionalizada, com o objetivo de orientar os gestores municipais e produtores rurais a cerca das boas práticas de manejo florestal, para evitar o uso do fogo de forma descontrolada e, com isso, reduzir o número de focos de calor no Estado. Vale ressaltar que as parcerias realizadas com outras instituições contribuíram significativamente para o alcance da meta. **Produto com Meta não Cumprida:** Área de risco mapeada (Meta: 95; Realizado: 49) refere-se à prevenção e proteção ambiental de áreas previamente identificadas como de risco de acidentes com produtos químicos perigosos no Ceará, com a realização de 51,6%, posicionando-se abaixo do percentual de 80,0%, percentual de realização considerado como parâmetro para avaliar o desempenho do produto. Os dados foram coletados em visitas técnicas realizadas em 29 unidades que desenvolvem atividades potencialmente impactantes, instaladas nos municípios de Sobral, Acaraú, Itarema, Camocim e Fortaleza, Jaguaribe, Iguatu, no período de Jan/Ago 2009, com um montante acumulado no período 2008-2009 de 240 áreas mapeadas ao longo de dois anos de execução da ação.

Programa da Biodiversidade (475) Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de criação de unidades de conservação e gestão do sistema estadual de unidades de conservação, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: **Produtos com Metas não Cumpridas:** Unidade de Conservação – UC'S criada (Meta: 500; Realizado: 0) Análise ainda sendo elaborada pela SEMACE; Sistema Estadual de Unidades de Conservação implantada (Meta:500; Realizado:0); A meta não foi cumprida em função da necessidade da publicação da lei de criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação que se deu somente no final do ano de 2009, portanto, todo processo de integração ficou para ser realizado somente a partir do ano de 2010.

Programa Estadual de Floresta (474) Os produtos da Matriz de GPR relativos a esse programam têm previsão de suporte pelas ações de gestão dos planos de manejo sustentáveis e gestão do cadastro de consumidores de matéria – prima de origem florestal que não apresentaram execução financeira em 2009. No que se refere ao desempenho físico dos produtos, o COMPAM registra as seguintes realizações em relação às metas planejadas e executadas: **Produto com Meta Cumprida:** Plano de manejo (Meta: 172; Realizado: 158) O número de 172 planos de manejo, apontado como meta para 2009, refere-se a um número acumulado no período de 2000 a 2009. Especificamente para o ano de 2009, foram protocolados e licenciados 10 planos de manejo, que somados aos 148 já licenciados pela SEMACE no período de 2000 a 2008 resulta num total de 158 planos licenciados, resultando em 91,86% de cumprimento da meta. **Produto com Meta não Cumprida:** DOFCE emitido (Meta: 26.500; Realizado: 19.412).O produto atingiu 73,2% da meta prevista e corresponde à emissão de autorizações de consumo de matéria-prima de origem florestal legalizada - DOFCE, posicionando-se abaixo de 80,0% parâmetro considerado

para o desempenho positivo da meta. Cabe chamar a atenção para a análise do produto e do resultado que utilizam os mesmos dados, sinalizando a necessidade de rever o indicador de resultado na Matriz de GPR da Instituição.



1.2.3. Influência de Produtos Sobre o Resultado

Os indicadores do CONPAM relacionados ao resultado setorial **Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais** perfazem um total de 11, compondo o seguinte quadro: 7 com evolução positiva, 1 apresentou decréscimo, 2 registram estabilidade nos resultados e 1 não possibilita avaliação em razão da ausência de dados. No balanço global desses indicadores, 63,6% de evolução positiva, conferindo ao CONPAM desempenho positivo no período 2006-2009. Entre os indicadores com desempenho satisfatório, destacam-se os seguintes: índice de balneabilidade das praias, com variação positiva de 10,45%; queda de 39,19% no índice de poluição veicular; expressiva melhoria no índice de qualidade de água bruta com percentual de acréscimo de 36,89%; número de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos, com 1.833,33%, passando de 9 municípios em 2006, para 174 em 2009; e número de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal, com acréscimo de 75,98%. Os indicadores preocupantes ficam por conta da taxa de crescimento de atividades licenciadas, que apresentou declínio de 31,85%; percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação que não avançou no período 2006-2009, permanecendo em torno de 22,05; e a cobertura vegetal, que registrou variação negativa de 79,25% em 2007, quando comparado ao ano de 2006. Para os outros anos do período, 2008 e 2009, não houve apuração do indicador, impossibilitando a análise de tendência. Com relação a esse aspecto, é importante chamar a atenção para a importância da cobertura vegetal no Estado, especialmente pelas condições de semiaridez a que está submetido a maior parte do território cearense, sendo imprescindível a proteção dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito à preservação dos solos. O comportamento desse indicador mostra a necessidade de intervenção em curto prazo para verificar as condições de

degradação ambiental do Estado, com ações para solucionar os problemas ambientais, dentre os quais a desertificação de áreas, que prejudicam a sustentabilidade dos ecossistemas. Em termos de bens e serviços ofertados via programas de governo buscando atingir o resultado **Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais**, verifica-se que 53,6% dos produtos que concorrem para o resultado cumpriram ou superaram as metas, sinalizando a contribuição positiva para o resultado setorial pretendido. Os dados de desempenho dos produtos, em relação às metas previstas, são os seguintes: Do total de 13 produtos vinculados aos 4 programas finalísticos, 7 cumpriram as metas no período janeiro-dezembro de 2009 e 6 ficaram aquém do desejado, configurando uma situação satisfatória no desempenho físico. Vale observar, entretanto, que embora o desempenho dos produtos tenha sido atingido para a maior parte dos produtos, 46,0% do total de indicadores apresentou desempenho aquém do esperado, mostrando grande proximidade entre os patamares positivo e negativo. Em termos de adequação conceitual dos indicadores de produto e de resultado, observa-se que alguns figuram duplamente nas duas categorias, a exemplo de "nº de municípios com gestão ambiental implantada, denúncia atendida, município certificado com selo verde", indicando que devem ser revistos na Matriz de GPR dessa Instituição. Outro aspecto a ser considerado, refere-se à conexão entre os indicadores de resultados e de produto que deve reexaminada, para possibilitar melhor avaliação de sua contribuição efetiva para a melhoria dos resultados, a exemplo do indicador de resultado "cobertura vegetal" que necessita de ações e produtos mais efetivos para produzir efeitos satisfatórios em sua evolução.

Do ponto de vista da execução orçamentária, observa-se que o conjunto dos 4 programas que contribuem para o resultado setorial apresenta desempenho inferior ao desejado para o período janeiro-dezembro de 2009, conforme mostram os dados: **Controle Ambiental(226)**, atingiu um nível de realização de 20,0%; **Proteção dos Recursos Ambientais (046)** com 42,0% de realização; **Programa da Biodiversidade (475)**, com execução de 21,0%; e **Programa Estadual de Floresta(474)** que atingiu 32,5%. Todos os programas atingiram realização financeira abaixo do desejado, fator que certamente produziu efeitos sobre a consecução das metas.

Do ponto de vista global do desempenho desse segmento, a influência dos produtos sobre resultado apresentou sinais positivos, com a ressalva de que indicadores importantes tais como os relacionados à áreas protegida em UC'S , em reservas legais e cobertura vegetal, que não avançaram no período, não influenciando positivamente o resultado setorial.

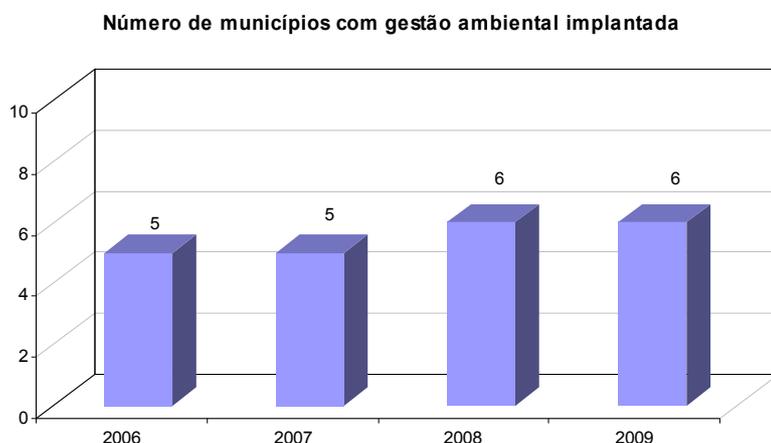
2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

2.1. Análise dos Indicadores do Resultado 2

2.1.1. Nº de Municípios com Gestão Ambiental Implantada

Objetiva trabalhar o processo de descentralização da gestão ambiental, por meio da elaboração e implantação dos instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios. O projeto é executado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA, dentro do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA III e o Programa Nacional de Capacitação - PNC.

Quanto ao desempenho desse indicador, os dados demonstram que o percentual de gestores ambientais qualificados superou a meta prevista de 200 participantes, atingindo, ainda, um percentual de 64% dos municípios com instituição municipal para executar as ações de cunho ambiental criadas, no período de 2006 a 2009.



2.2. Relação Produto-Resultado

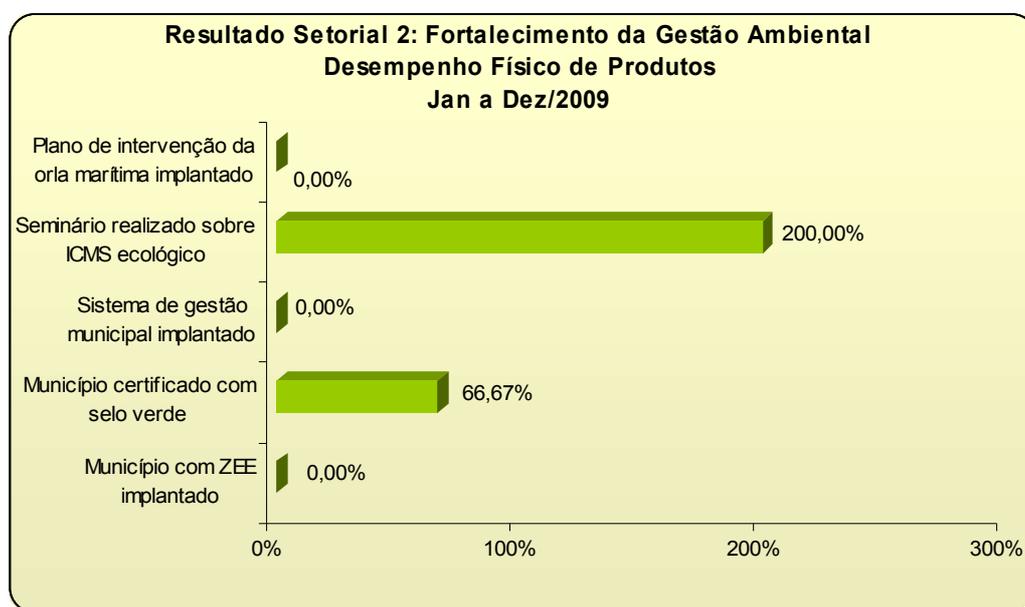
2.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

Para contribuir com resultado setorial **fortalecimento da gestão ambiental** foram estruturados programas e produtos relacionados aos indicadores de resultados que constitui o conjunto de bens e serviços ofertados nesse segmento que tem como foco implementar uma gestão ambiental que garanta a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, por meio do programa finalísticos **Gestão Ambiental Estratégica(059)**. Esse programa tem como finalidade criar instrumentos e implementar ações para o fortalecimento da Gestão Ambiental do Estado e dos Municípios. Os recursos previstos totalizam R\$ 1.828.600,00, com realização financeira de apenas 15,42%%, percentual bastante aquém do esperado.

2.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Gestão Ambiental Estratégica (059) - Os produtos executados pelo Programa estão relacionados às ações de implementação do zoneamento ecológico econômico da zona costeira, serras úmidas e caatinga, implantação dos planos de intervenção da orla marítima, fortalecimento do sistema estadual do meio ambiente, certificação dos municípios com o Selo Município Verde e implementação do ICMS Ecológico, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: **Produto com Meta Cumprida:** Seminário realizado sobre ICMS Ecológico (Meta: 2; Realizado:4) A meta foi superada em 100%. Foram realizados os seminários de orientação aos municípios a cerca da repartição do ICMS com base no indicador de Qualidade Municipal- IQM. Em 2009, cumpriram a meta 152 municípios. Para 2010 todos os municípios cearenses se habilitaram e receberão sua cota de participação. **Produtos com Metas não Cumpridas:** Município com ZEE implantado (Meta: 5; Realizado: 0) A meta não foi cumprida em função da necessidade de publicação do decreto que regulamenta a lei do gerenciamento costeiro que passou por um processo de revisão/atualização no ano de 2009, com

realização de audiências públicas com vistas a legitimação do mesmo. Após sua publicação, prevista para 2010, serão iniciados os seminários nos municípios costeiros para efetivação da implantação. Município certificado com selo verde (Meta: 45; Realizado: 30) O produto alcançou 67,0% da meta prevista para o ano de 2009, posicionando-se aquém do esperado em função do parâmetro de 80,0% adotado para avaliação do desempenho das metas. Apesar da redução no número de municípios certificados em 2009 com relação aos anos de 2007 e 2008, observa-se um maior número de municípios inscritos no programa, passando de 100 para 139, bem como o crescimento do número de conselhos municipais-COMDEMAS criados, passando de 141 em 2007, para 151 em 2009. É importante assinalar que esse produto também figura como indicador de resultado e de produto, devendo haver uma adequação conceitual de resultado-produto na Matriz de GPR dessa instituição; Sistema de gestão municipal implantado (Meta: 3; Realizado: 0) A metodologia adotada para o alcance dessa meta foi desenvolvida por meio de capacitação junto aos gestores municipais. O fato de não ter sido cumprida a meta deve-se ao modelo inicialmente adotado que considerava o sistema implantado somente quando os municípios passassem a executar o licenciamento ambiental. A despeito do não cumprimento da meta, observa-se que no período de 2006 a 2009, 64% dos municípios criaram sua instituição municipal para executar as ações de cunho ambiental no âmbito local, evidenciando avanço nessa área; Plano de intervenção da orla marítima implantado (Meta: 5; Realizado:0) Esse programa se desenvolve em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com meta não cumprida em razão da paralisação do programa, motivado pelo seu redesenho no Ministério citado.



2.2.3 - Influência de Produtos Sobre o Resultado

O indicador de resultados **Nº de Municípios com Gestão Ambiental Implantada** apresentou discreta evolução no número de municípios, que se engajaram na gestão ambiental, com 20,0% de acréscimo no período 2006-2009, considerando os anos extremos da série. A gestão ambiental implantada tem como propósito trabalhar o processo de descentralização por meio da

elaboração e implantação de instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios. No que se refere aos bens e serviços ofertados via programas de governo para atingir o resultado pretendido, observa-se que o programa **Gestão Ambiental Estratégica (059)** selecionou 5 produtos na Matriz de GPR para contribuir com o resultado setorial, dos quais apenas “seminário realizado sobre ICMS Ecológico” cumpriu a meta prevista, mostrando que em termos de execução global do conjunto de produtos a pouca influência exercida sobre o resultado setorial.

Em termos de execução orçamentária, observa-se que o programa **Gestão Ambiental Estratégica(059)** apresentou desempenho inferior ao desejado para o período janeiro-dezembro, de 2009, com apenas 15,4% de realização financeira, limitando a realização das metas. Importantes ações orçamentárias relacionadas aos produtos não empenharam recursos em 2009, tais como “Implementação do Zoneamento Ecológico da Zona Costeira, Serras Úmidas e Caatinga e Implantação dos Planos de Intervenção da Orla Marítima”.

Do ponto de vista global do desempenho físico e financeiro, os dados mostram que as posições obtidas tanto do resultado, quanto do produto, não avançaram de acordo com o desejado. É importante assinalar a necessidade de rever esse indicador que figura simultaneamente como produto e resultado na Matriz de GPR da Instituição.

3. RESULTADO SETORIAL 3: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Análise dos Indicadores do Resultado 3

3.1.1. Nº de Pessoas Capacitadas em Educação Ambiental

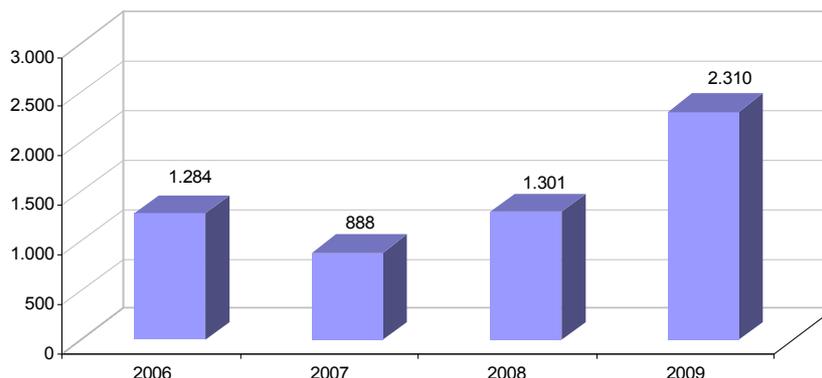
O Curso de Formação de Educadores Ambientais desenvolvido pelo CONPAM é um Projeto que visa a capacitação de professores da rede pública estadual e municipal em Educação Ambiental. Iniciado em 2007 com a formação de 100 professores, resultou no comprometimento de cada um desses professores em formar e capacitar uma turma de mais 40 professores em seus municípios. A realização dos cursos no ano de 2009 atingiu o número de 1.960 Educadores Ambientais em 33 municípios do Estado, perfazendo um total acumulado de 4.200 professores capacitados, em 58 municípios até dezembro de 2009.

O indicador de resultado constante na matriz de GPR que mede o número de professores capacitados em educação ambiental aponta para um crescimento de 79,91% no período 2006-2009, levando-se em conta os anos extremos da série.

A análise da evolução das capacitações desenvolvidas no Curso de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental, executado pela SEMACE, pode ser avaliada como uma experiência exitosa, sendo, portanto, marco ordenador dos planos de ações desenvolvidas para melhoria da qualidade de vida das comunidades assistidas.

Foram realizados 66 Cursos de Capacitação para Multiplicadores em Educação Ambiental no ano de 2009, resultando em 2.310 agentes capacitados e 46.200 pessoas indiretamente beneficiadas em 55 Municípios.

Número de pessoas capacitadas em educação ambiental



3.2. Relação Produto-Resultado

3.2.1. Programas Finalísticos de Suporte

Para contribuir com resultado setorial **participação cidadã com princípios de sustentabilidade** foram estruturados programas e produtos relacionados aos indicadores de resultados que constituem o conjunto de bens e serviços ofertados nesse segmento, que tem como foco formar educadores e agentes ambientais, qualificar gestores ambientais e construir a Agenda 21 Estadual por meio do **Programa de Educação Ambiental do Ceará (435)**. Esse programa tem como objetivo promover a educação ambiental do Ceará com a conscientização da sociedade e do empresariado. Os recursos previstos perfazem R\$ 2.345.141,00, com realização financeira de apenas 24,7%, percentual bastante aquém do esperado.

3.2.2. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de formação de educadores ambientais, construção da Agenda 21 Estadual, qualificação de gestores ambientais e formação de agentes ambientais que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: **Produtos com Metas Cumpridas:** Gestor ambiental qualificado(Meta:200; Realizado: 368) A meta foi superada em 84,0%,em função da quantidade de cursos realizados e o interesse dos municípios no processo de capacitação; Curso realizado(Meta:50; Realizado: 45),o produto atingiu 90,0% da meta,com a realização de 30 cursos de Formação de Educadores Ambientais nos seguintes municípios: Alto Santo, Antonina do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Cariré, Coreaú, Ererê, Fortim, Forquilha, Independência, Ipaumirim, Itaiçaba, Iguatu, Icapuí, Jaguaruana, Jaguaribe, Jardim, Limoeiro do Norte, Missão Velha, Palhano, Quixeré, Russas, Santa Quitéria,Senador Pompeu, São Benedito, São João do Jaguaribe, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tianguá e Viçosa do Ceará; Professor capacitado em educação ambiental(Meta:4.000; Realizado:1.960), a meta de 4.000 professores capacitados corresponde ao período acumulado de 4 anos, referente ao período 2007-2010. O produto atingiu 105,0% de realização, com a capacitação de professores em educação ambiental; Agente ambiental capacitado (Meta: 1.430 Realizado: 2.310),a análise da evolução das capacitações desenvolvidas no Curso de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental realizado pela SEMACE indica um crescimento exitoso de 161,5%. Foram realizados 66 Cursos de Capacitação para Multiplicadores em

Educação Ambiental no ano de 2009, resultando em 2.310 agentes capacitados e 46.200 pessoas indiretamente beneficiadas em 55 Municípios; **Produto com Meta não Cumprida:** Agenda 21 elaborada (Meta: 1 Realizado:0) o produto não teve a meta cumprida em razão de o processo de construção da Agenda 21 Estadual encontrar-se paralisado. Algumas iniciativas para a retomada do trabalho foram implementadas, dentre as quais a realização de reunião do Elo Cearense de Agenda 21 da Rede Brasileira, em que foi discutida revisão proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira - CPDS, parâmetro para as Agendas Estaduais e Locais.



3.2.3. Influência de Produtos Sobre o Resultado

O indicador de resultados **Nº de Pessoas Capacitadas em Educação Ambiental** mostrou significativo desempenho, registrando variação positiva de 79,91% no período 2006-2009. Esse trabalho é centrado na capacitação de professores da rede pública estadual e municipal em educação ambiental, que atuam como multiplicadores em seus municípios.

No que se refere aos bens e serviços ofertados via programa de governo para atingir o resultado setorial **Participação Cidadã com Princípios de Sustentabilidade**, observa-se que o programa **Educação Ambiental do Estado do Ceará (435)** selecionou 5 produtos na Matriz de GPR para contribuir com o resultado setorial, dos quais 4 cumpriram satisfatoriamente as metas, mostrando que, em termos de execução global do conjunto de produtos, influência foi positiva para o resultado setorial.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se que o programa **Educação Ambiental do Estado do Ceará (435)** apresentou desempenho inferior ao desejado para o período janeiro-dezembro de 2009, com 24,7% de realização financeira, percentual aquém do esperado, considerando o parâmetro de 80,0% utilizado para avaliação do desempenho positivo da execução financeira. É importante registrar que importantes ações orçamentárias relacionadas aos indicadores de produtos

não empenharam recursos em 2009, com destaque para “Construção da Agenda 21 Estadual e Curso de Degradação Ambiental/Desertificação”.

Do ponto de vista físico e financeiro, os dados mostram que o desempenho físico no que se refere aos produtos da Matriz de GPR foi satisfatório, enquanto a realização orçamentária obteve posição aquém do desejado, sinalizando a necessidade de examinar o quadro com maior profundidade. É importante assinalar a necessidade de rever esse indicador que figura simultaneamente como produto e resultado na Matriz de GPR da Instituição, substituindo o indicador de resultado, uma vez que em termos conceituais apresenta características de oferta de bens e serviços.

II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

Dentre as competências atribuídas por lei ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiental -CONPAM, destaca-se a integração das políticas públicas dentro do Estado, uma vez que a questão ambiental é um tema transversal, o que permitiu a este Conselho manter boas parcerias com outras instituições, a exemplo do programa Selo Município Verde, PREVINA, Mata Branca, dentre outros.

Os resultados alcançados refletem de forma positiva a implementação dos programas e projetos desenvolvidos para a área ambiental, apontando com clareza o direcionamento das políticas, permitindo avaliar o desempenho da Instituição e de sua Vinculada. Ressalte-se a necessidade de serem repensados alguns produtos e indicadores de produtos que se entende não dependerem diretamente da execução dos programas, mas da vontade política dos municípios, o que de certa forma traduz um risco para o alcance efetivo da meta, mascarando ou prejudicando os resultados.

Como citado anteriormente, o CONPAM tem trabalhado em parceria na maioria de seus programas, a exemplo:

- Programa Selo Verde tem como objetivo promover e incentivar os municípios a executarem as políticas ambientais de cunho local, coordenado pelo CONPAM e trabalhado por um comitê Gestor e Comissão Técnica, constituído por representantes de instituições públicas no âmbito estadual, federal e também representantes da sociedade civil: SEMACE, IBAMA, SEINFRA, SESA, SETUR, SRH, CAGECE, SEBRAE, PGE, UFC, OAB, APRECE e ASSOCIAÇÃO CAATINGA..
- PREVINA desenvolve ações de prevenção, monitoramento e controle de queimadas e combate aos incêndios florestais. Coordenado pelo CONPAM e desenvolvido juntamente com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; Defesa Civil; Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA); Corpo de Bombeiros; Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos–FUNCEME; Departamento de Edificações e Rodovias-DER; Assembléia Legislativa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA/CE; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

- P2R2-Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos Químicos Perigosos e Desastres de origem Natural e/ou Antropogênica do Estado do Ceará - Convênio com o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo CONPAM e executado em parceria com: SEMACE, Corpo de Bombeiros, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, CPRV, CPMA, CIOPS, Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde, Ministério Público, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal.
- Fortalecimento da Gestão Ambiental/Programa Nacional de Capacitação-PNC visa Implementar a Política de Fortalecimento da Gestão Ambiental no Estado, promovendo a descentralização – Conveniado com o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo CONPAM e em parceria com os órgãos que compõem a Tripartite Estadual - IBAMA, SEMACE, SEMAM E APRECE.
- Projeto Orla/Certificação Praia Limpa - Conveniado com o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo CONPAM e Secretaria do Patrimônio da União, executado em parceria com as seguintes instituições: APRECE, CIDADES, AGU, FEPESC, FIEC, SEBRAE, FUNCEME, GRPU, IBAMA, LABOMAR, SEINFRA, SEMACE, SETUR, SRH, PGE, MPE , ABIH e FORUM ELOS E ECOS.
- Gestão Municipal em Resíduos Sólidos.- Orientar/promover e implementar uma boa gestão dos Resíduos Sólidos nos municípios. Coordenado pelo CONPAM e executado em parceria com a Secretaria das Cidades, SEMACE e Secretaria da Saúde.
- Programa Estadual de Educação Ambiental-PEACE – Objetiva promover a internalização, o disciplinamento e o fortalecimento da dimensão ambiental no processo educativo, com vistas a prevenir e conter os impactos negativos ao meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no Estado do Ceará e o aperfeiçoamento do processo de interdependência Sociedade-Natureza, necessários à manutenção da vida no Planeta Terra.

III. LIÇÕES APRENDIDAS

As lições aprendidas na execução de programas, projetos e ações de cunho ambiental referem-se, principalmente, ao emprego dos princípios da transversalidade, cidadania, participação, sustentabilidade, interdisciplinaridade, continuidade, efetividade, regionalidade e respeito às comunidades locais, levando-se a buscar cada vez mais o enraizamento e o empoderamento dos princípios ambientais pelos municípios assistidos pelo CONPAM/SEMACE.